

## SEGURANÇA PÚBLICA: A IMPORTÂNCIA DA GOVERNANÇA

- *Os custos associados à falta de segurança pública atuam como um imposto em cadeia, que incide em todas as etapas da cadeia produtiva, reduzindo a competitividade da indústria brasileira.*
- *O aumento nos crimes contra o patrimônio e nos homicídios tem aumentado o custo da falta de segurança no Brasil e contribuído para a redução do investimento produtivo.*
- *Para melhorar a segurança, o governo federal deve agir como indutor de boas políticas de segurança nos estados e municípios por meio da coordenação entre os órgãos que atuam na segurança nos entes federativos, do financiamento e avaliação de projetos e da capacitação de pessoal.*

**A falta de segurança gera perda de competitividade para o Brasil.** Com o aumento da criminalidade, verifica-se aumento nos custos das empresas com proteção do patrimônio, seguros e fretes, menor produtividade dos trabalhadores, restrições à mobilidade e aumento da aversão ao risco para empreender.

**Os custos da falta de segurança para o país representam 5,5% do PIB ou 365 bilhões de reais por ano,** quando contabilizadas as perdas de vida humana, os custos com seguros e segurança privada, e os custos com o sistema prisional e com a segurança pública.

**A situação da segurança pública no Brasil é ruim e vem piorando nos últimos anos.** A taxa de homicídios por 100 mil habitantes passou de 26,6 para 30,3 (aumento de 14%) entre 2006 e 2016.

**Os crimes contra o patrimônio também refletem a deterioração.** A taxa de roubos de carga por 100 mil habitantes passou de 10,1 para 13,2 entre 2007 e 2016 – aumento de 31%. No mesmo período, a taxa de roubo a instituições financeiras aumentou 47%, de 1,5 para 2,2 a cada 100 instituições.

**A piora na situação da segurança pública dá-se apesar do aumento da população prisional** de 297 mil para 726 mil entre 2005 e 2016, o equivalente

a uma variação na taxa de presos por 100 mil habitantes de 160,4 para 352,4 (120%) no período.

**A deterioração ocorre mesmo com o aumento de 27,5%, entre 2007 e 2016, nos gastos reais** realizados por União, estados e municípios em segurança pública, ou seja, desconsiderando os efeitos da inflação. **O Estado gasta com segurança pública em torno de 1,3% do PIB, percentual próximo à média dos países da OCDE,** que despendem cerca de 1,6% do PIB com as atividades ordem pública e segurança.

**Há um grave problema de governança entre os múltiplos órgãos que atuam no setor, nos diversos entes federativos, com baixo nível de coordenação e cooperação.**

**A experiência internacional mostra que as práticas mais efetivas de política de segurança pública são baseadas na ação dos atores locais.** O papel do governo central se dá na coordenação e alinhamento das políticas de segurança, na indução, na avaliação e no cofinanciamento.

Há outras atividades de responsabilidade do governo federal, mas dada sua relevância, **as propostas aqui apresentadas focam na governança e na estrutura para que as ações das autoridades locais sejam mais eficientes e eficazes.**

## CUSTO DA FALTA DE SEGURANÇA NO BRASIL

Componente	Ano de Cálculo	% do PIB	Bilhões de R\$ (PIB 2017)
<b>Custos privados (I)</b>		<b>4,0%</b>	<b>264</b>
Custos Intangíveis com Homicídios	2012	2,3%	152
Gastos com Segurança Privada e Seguros	2015	1,7%	112
<b>Despesas Públicas (II)</b>		<b>1,5%</b>	<b>101</b>
Segurança Pública	2016	1,3%	86
Sistema Prisional	2013	0,2%	15
<b>Custo da falta de segurança no Brasil (I+II)</b>		<b>5,5%</b>	<b>365</b>

Fonte: Elaboração própria.

## Principais recomendações

**1 Implementar um plano nacional de segurança pública.** O plano deve contemplar ações focalizadas nos municípios com maior incidência de homicídios, atuação de gangues, tráfico e consumo de drogas ilícitas, violência patrimonial e violência interpessoal.

**2 Estimular os estados a aproveitar as boas práticas.** Os Estados apresentam resultados diferenciados em suas ações de segurança pública. Aproveitar as experiências bem-sucedidas é um dos caminhos mais seguros e rápidos para a obtenção de resultados positivos.

**3 Garantir a efetividade do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP),** por meio do estabelecimento do sistema de financiamento e do papel de cada ente federativo, do Ministério Público e do Poder Judiciário, na segurança pública.

**4 Reestruturar o Ministério da Segurança Pública,** transformando-o em órgão permanente, e ampliando seu escopo de atuação para abarcar atividades de melhoria da gestão das polícias e da

perícia, melhoria da gestão penitenciária, articulação da defesa civil, e coordenação de políticas de prevenção da violência.

**5 Reestruturar o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen),** garantindo previsibilidade no aporte e na liberação de recursos e exigindo-se de estados e municípios condicionalidades e contrapartidas para recebimento dos recursos.

**6 Criar um demonstrativo de gasto anual em segurança pública,** unificado entre União, estados e municípios, com padronização dos critérios classificatórios das despesas em segurança pública.

**7 Criar o Instituto Nacional de Estudos sobre Segurança Pública (Inesp),** com o objetivo de organizar e manter os dados de segurança pública, apoiar a avaliação de políticas de segurança, recomendar políticas de segurança com base em evidências, e coordenar a avaliação da formação de profissionais de segurança.

Acesse a versão completa do documento por meio do QR code ao lado ou em: <http://www.cni.com.br/eleicoes2018/downloads/> Este resumo é parte da série *Propostas da Indústria para as Eleições 2018*, composta por 43 documentos. A série, baseada no *Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022*, é uma contribuição da CNI para o novo governo e apresenta análises e propostas das prioridades para aumentar a competitividade do Brasil. Qualquer parte desta publicação poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte. Brasília-DF, julho de 2018.



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA